



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2025

Processo nº 161857/2025

1. RELATÓRIO

A empresa Konimagem Comercial Ltda, manifestou interesse em recorrer.

A Recorrente apresentou suas razões recursais de forma tempestiva. Alegou, em síntese, que deve ser considerada habilitada pois, apesar de ter apresentado de forma intempestiva o Atestado de Capacidade Técnica, possui a documentação e apresenta junto ao recurso.

Não houve apresentação de contrarrazões.

Este breve relatório, DECIDO.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O Edital, em seus itens 9.1 e 9.2 estabelece que:

- ☐ **9.1** *Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas da licitante vencedora.*
- ☐ **9.2** *Para fins de habilitação a licitante deverá apresentar toda a documentação exigida neste edital no prazo de 02 (duas) horas, a contar da convocação pela Pregoeira em campo próprio do sistema Bolsa Nacional de Compras – BNC.*

A qualificação técnica é a comprovação da capacidade e experiência de uma empresa para executar o objeto da licitação, exigida pela Administração Pública para garantir a boa execução do contrato, usando documentos como o Atestado de Capacidade Técnica (Item 9.7, IV, “a” do Edital).



Essa etapa é fundamental para evitar inexecuções e assegurar que o licitante tem o know-how necessário e focada na comprovação de experiência prévia para objetos similares.

A exigência de documentos que comprovem a habilitação da empresa somente se aplica àquela declarada vencedora após o julgamento das propostas. Assim, se estará atendendo ao art. 63 da Lei nº 14.133/21:

“Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

(...)

II - será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;”
grifo nosso

A análise da documentação apresentada pelas licitantes participantes do certame deve ser feita conforme os ditames principiologicos insculpidos no art. 5º da Lei nº 14.133/21, a Lei de Licitações e Contratos, em especial os princípios da legalidade, da impessoalidade e da vinculação ao edital.

É atual e pertinente a problemática relativa à superação do formalismo restrito nos procedimentos de análise de documentação nas licitações públicas.

Em seu art. 64, § 1º, dispõe a Lei nº 14.133/21 ser “na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação”.

Havendo alguma falha formal, omissão ou obscuridade nos documentos de habilitação e/ou na proposta há um poder-dever da Comissão de Licitação em realizar a diligência, superando-se o dogma do formalismo excessivo e prestigiando



**Departamento
de Licitação**

a razoabilidade e a busca pela eficiência, ampliação da competitividade e a proposta mais vantajosa para a Administração.

As diligências têm por escopo, portanto: 1) o esclarecimento de dúvidas; 2) obtenção de informações complementares; 3) saneamento de falhas (vícios e/ou erros).

Com efeito, não será juridicamente viável a realização de diligência tendente a sanear irregularidade essencial de determinado documento, alterar a substância das propostas ou documentos de habilitação, ou, ainda, acarretar na juntada de documentação ou informação que, originariamente, deveria constar da proposta.

Partindo-se da compreensão de que o objetivo maior do procedimento licitatório é a consecução do interesse público aliada à observância dos primados da isonomia e igualdade de tratamento e condições entre os participantes, há que se conferir uma interpretação finalística e legitimadora ao texto insculpido no art. 64, § 1º, da Lei nº 14.133/21.

A inclusão posterior de documentos por parte da própria autoridade condutora do certame licitatório deverá ser admitida desde que seja necessária para comprovar fatos existentes à época da licitação, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.

O que se entende, dentro de uma visão consentânea com o interesse público e com a finalidade da contratação, é que não será permitida apenas a juntada de documento que comprove a existência de uma situação ou de um fato cuja conclusão ou consumação deu-se após a realização da sessão de licitação. Aí sim haveria burla ao procedimento e quebra do princípio da isonomia e igualdade de tratamento.

É preciso consignar que o procedimento licitatório não deve ser pautado num formalismo exacerbado que desvirtue sua finalidade e equipare-o a uma gincana, na qual interessa apenas o cumprimento da etapa definida, indiferentemente de sua razão de ser.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Praça Wilson Eloy Pimenta, R. Piracanjuba, 100, Cep: 75.640-103, Centro – Piracanjuba/Goiás



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO
1988-2018

**Departamento
de Licitação**

Ainda que se diga que a licitação é um meio, não se pode afastar a premissa de que se trata de um “procedimento”, cujas regras básicas, lastreadas em uma lógica de preclusão, tem por finalidade estabelecer, em homenagem à própria ideia de isonomia, uma linha elementar de condução da fase de seleção de fornecedores, ou seja, a “regra do jogo”. Assim, se a licitante não atende às condições básicas e elementares de habilitação, e o momento de apresentação da documentação é uma questão elementar no processo, sua oferta, por mais que represente o menor valor nominal, jamais será a mais vantajosa para a Administração, posto que inviável a contratação de fornecedor que não atendeu às regras substanciais do edital.

Em detrimento de uma clara regra incidente sobre o tema, compreendemos que valer-se de uma argumentação principiológica para mudar a regra do jogo no meio do jogo não é saída condizente com os princípios da Administração Pública, ainda que pareça saltar aos olhos os famigerados princípios da vantajosidade e do formalismo moderado.

Para tanto, na necessidade de construção e manutenção de um ambiente negocial seguro, calcado em premissas elementares (segurança jurídica, transparência e respeito às condições de seleção preestabelecidas) e, havendo definição precisa no edital acerca do prazo e da forma de envio/anexação dos arquivamos na plataforma de realização do certame, afastasse a compreensão do art. 64 da Lei nº 14.133/21 como uma porta sempre aberta para apresentação de documentos a qualquer tempo, sob a genérica alegação de “esquecimento”, “equivoco” ou “falha” do licitante.

Dessa forma, não tendo a empresa recorrente Konimagem Comercial Ltda apresentado a documentação no prazo estabelecido no edital e aberto pela Pregoeira, deve ser mantida a sua inabilitação.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, e não havendo mais considerações a serem feitas, conhecemos do recurso apresentado por ser tempestivo. Contudo, com fundamento nos princípios que regem as licitações, dentre outros aplicáveis ao caso,

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Praça Wilson Eloy Pimenta, R. Piracanjuba, 100, Cep: 75.640-103, Centro – Piracanjuba/Goiás



**Departamento
de Licitação**

INDEFERIMOS o recurso interposto, pelos fatos e fundamentos anteriormente expostos, mantendo-se a decisão que inabilitou a empresa Konimagem Comercial Ltda.

Piracanjuba/GO, aos 29 dias do mês de dezembro de 2025

Taynara Cardoso Barbosa

Agente de Contratação

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Praça Wilson Eloy Pimenta, R. Piracanjuba, 100, Cep: 75.640-103, Centro – Piracanjuba/Goiás